

Religião e Política no século XIX: o Brasil pós proclamação da independência.

Ítalo Domingos Santirocchi – doutor em História pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma-2010), professor adjunto e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Pós-doutorado pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Membro dos Grupos de Pesquisa: História, Religião e Cultura Material REHCULT (PPGHIS-UFMA) e Ecclesia - Grupo de Estudos de História do Catolicismo (UNIRIO). Autor do livro *Questão de consciência: os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)* (2015).

Entrevista concedida via correio eletrônico a Anna Karolina Vilela Siqueira, doutoranda em História Social da Cultura no Programa de Pós-Graduação em História da UFMG e membra do Conselho Editorial da Temporalidades, gestão 2020/21.

[Revista Temporalidades] - Professor Ítalo, primeiramente, gostaríamos de agradecer pela sua disponibilidade e atenção em nos conceder esta entrevista. Para iniciarmos, você poderia contar um pouco sobre sua trajetória e suas escolhas de pesquisa, pontuando as motivações que o levaram a estudar temas que perpassam religião e política.

[Ítalo Domingos Santirocchi] - Eu que agradeço o convite, é um prazer colaborar com a Temporalidades. Foi nesta revista que publiquei os primeiros resultados do meu doutorado, quando ainda estava em andamento. Gostaria de aproveitar para parabenizar a todos vocês pelo excelente trabalho que vem realizando na revista. Então, a minha trajetória é um pouco tortuosa e fora do padrão (risos). Eu sou apaixonado pela História Política, mas sempre atuei onde as portas se abriram, por porta entende-se bolsas e oportunidades. Eu nasci no interior de Minas, cursei a graduação em História na UFMG, quando tive duas bolsas, uma para trabalhar na organização de um arquivo do judiciário em Nova Lima, com a saudosa professora Beatriz Ricardina de Magalhães e em seguida uma bolsa de

PIBIC, na FAE, sob a coordenação da professora Cristina Gouveia, para levantar documentos sobre as escolas normais do século XIX. Foi quando comecei a associar ao campo político as oportunidades que surgiam. Assim nasceu meu TCC, uma monografia sobre a Escola Normal de Ouro Preto e a formação de uma ideia de nação, orientada pelo professor José Carlos Reis. Para minha paixão pelo século XIX foram importantes as aulas, conversas e viagens com meu grande amigo e professor Francisco Luiz Teixeira Vinhosa e foram marcantes para o meu conhecimento em História Política as disciplinas ministradas pela professora Heloisa Murgel Starling. Quando me formei poderia ter seguido o caminho padrão, ter ingressado no mestrado no Brasil e buscado fazer um sanduiche em outro país, trançando um caminho com bolsa para o doutorado no exterior. Mas coloquei a mochila nas costas e após uma passagem pela Venezuela fui para o país do meu pai, a Itália. Passei um período viajando, quando aprendi artesanato e virei meio hippie, isso é sério (risos). Queria fazer doutorado em História Política na Unisiversità La Sapienza, em Roma. Na Itália não tem a etapa do mestrado. Fiz todo o processo seletivo, mas no final a burocracia da universidade colocou empecilhos que eram insuperáveis para mim naquele momento, o que impediu o meu ingresso no curso. Foi quando um amigo de um primo me incentivou a ir para Pontifícia Universidade Gregoriana. No início eu resisti a ideia, por dois motivos. O primeiro é que eu não sabia quase nada de História Eclesiástica ou Religiosa e segundo porque era uma universidade privada, eu vivia de bicos, artesanato e trabalhando eventualmente em bancas de livros usados ou de itens para turistas. Porém, mesmo assim fui lá... e as portas se abriram. Fui muito bem recebido pelo Decano do curso, que me passou o percurso que deveria percorrer para entrar no doutorado, incluindo estudar latim e fazer os exames finais da *Licenza* em História Eclesiástica. Avaliariam a minha monografia, para fazer equivalência e deveria apresentar o projeto de doutorado. Se passasse por tudo isso, a partir do segundo ano de doutorado poderiam me dar uma bolsa de isenção de 70% (pelo que eu me lembre era isso ou algo próximo a isso) do valor anual da universidade. E assim aconteceu! Nos últimos anos consegui isenção total. Então, uma vez matriculado fui estudar História Eclesiástica e História Política no século XIX, que é meu período favorito. Foi nessa ocasião que se abriram as portas dos Arquivos Vaticanos. Depois de uns seis meses na Gregoriana, já tinha me apaixonado por aquela universidade e pelas História Eclesiástica e das Religiões. Tive a honra e o prazer de ser orientado pelo professor Dilermando Ramos Vieira e poder aprender com professores jesuítas de diferentes partes do mundo. Ali as barreiras nacionais e culturais

se romperam, então vivenciei uma formação com colegas de todos os continentes. Tiveram muitas novas aventuras nos anos seguintes... mas essas histórias ficam para uma outra ocasião.

[R.T.] - De forma mais geral, quais as principais tipologias documentais e os arquivos consultados em suas pesquisas, no Brasil e em outros países, que você destacaria para os estudos que relacionem religião e política? E a partir de quais fontes documentais é possível articular as pesquisas acerca dessa temática?

[I.D.S] - Minhas pesquisas envolvem pelos menos três níveis: local, nacional e global. Pois a Igreja Católica, meu principal objeto de estudo, é uma instituição transnacional. Meu principal tema são suas relações com o Estado imperial brasileiro, a qual era unida pela Constituição de 1824 e pela tradição do padroado. Portanto, trabalho com uma documentação muito variada, institucional, diplomática, jurídica, jornais, atas, entre outras mais. No Vaticano tem vários arquivos e fundos nos quais podemos estudar os aspectos políticos da Igreja, como o Arquivo Secreto Vaticano, o Arquivo Histórico da Secretaria de Estado Vaticano, nos quais encontram-se os acervos da Nunciatura Apostólica no Brasil, Sagrada Congregação dos Negócios Eclesiásticos Extraordinários, Sagrada Congregação do Concílio, entre outras. Existe uma enorme quantidade de documentos sobre o Brasil lá, muito pouco explorados. Temos que incentivar nossos alunos a fazerem estágios de pesquisa em Roma e explorar mais essas fontes. Quando voltei para o Brasil em 2010, ao contar que tinha pesquisado no Arquivo Secreto Vaticano, muitos colegas e amigos arregalavam os olhos e perguntavam: “como você conseguiu isso”? Tinham em mente todo aquele romance *O Código da Vinci* ou *Anjos e Demônios*, de Dan Brown, mas não é nada disso, é algo muito mais simples. Para ter acesso ao Arquivo basta estar inscrito em um pós-graduação e ter uma carta de apresentação da sua universidade. No Brasil consultei documentos dos ministérios imperiais, do Itamaraty, do Conselho de Estado, dos governos de província, os anais da Câmara, do Senado, das Assembleias Provinciais, Arquivos Diocesanos, Arquivos de Ordens Religiosas (na Itália e no Brasil), jornais, estatutos de irmandades, entre outros. No início do século XXI não tinha muita coisa online, mas na medida que avançava nas pesquisas, muita coisa foi sendo disponibilizada no formato digital. Atualmente podemos fazer pesquisas inteiras sem sair da frente do

computador. Mas uma coisa não mudou: tem que saber como e onde procurar. Agora sobre documentos que relacionem religião e política, eu diria que quase todos os documentos religiosos podem ser utilizados para análises políticas, isso vai depender muito mais do seu enfoque e da sua problemática.

[R.T.] - Pensando as determinações da Constituição Política do Império do Brasil, de 1824, como podemos analisar o controle exercido pelo Estado sobre a religião em especial através dos institutos do padroado régio durante o Brasil Império. E como a Igreja atuou durante este contexto de mudanças e formação política do Estado Nacional Brasileiro.

[I.D.S] - O padroado foi formado por concessões pontifícias, pelo menos essa era a visão do Antigo Regime. Para os estados constitucionais e/ou republicanos da América Latina ele passou a ser visto como uma questão de soberania, portanto, objeto de definição constitucional. A Constituição de 1824 implementou um “Padroado Civil”, principalmente por meio dos artigos 5 e 102, bem como manteve práticas do jurisdicionalismo setesentista, como o beneplácito e o recurso a coroa. A Santa Sé chegou a conceder o padroado aos monarcas brasileiros por meio da bula *Praeclara Portugalliae* de 1827, mas esse documento não recebeu o beneplácito, pois foi rejeitada pela Câmara do Deputados. Já se iniciava aqui uma diferente visão sobre a Igreja no Brasil, entre o governo imperial e a Santa Sé, esta se guiará pela bula e aquele pela constituição. Aos párocos foi delegado uma série de funções civis que praticamente os integraram ao funcionalismo público, ao mesmo tempo em que lhes dava uma considerável influência política sobre as comunidades em que atuavam, principalmente devido à importante função que passaram a desempenhar no processo eleitoral. Isso ajudou a ampliar participação política do clero. Não se pode deixar de ressaltar que o clero esteve ativamente presente no processo emancipatório, com participação ativa nos debates políticos tanto no Brasil quanto em Portugal, nas Cortes de Lisboa. Atualmente estou pesquisando o papel da Igreja e do clero na Independência, em um pós-doutorado na UNIRIO, sob a supervisão do professor Anderson José Machado de Oliveira. Vou dar aqui alguns *spoilers*, como vocês dizem (risos), sobre minhas pesquisas atuais. À medida que as pesquisas avançam fica mais evidente a intensa participação do clero no processo de independência e até o papel estratégico do episcopado. Para ficarmos só nesse último caso

e não nos alongarmos, às vésperas da independência os territórios lusitanos na América contavam com sete dioceses: Salvador, São Luís, Olinda, Rio de Janeiro; Belém, São Paulo, Mariana e duas prelazias: Goiás, Cuiabá. A distância em relação ao centro governamental e religioso legou uma formação diversificada ao clero: Universidade de Coimbra, seminários portugueses, seminário de Olinda, outros seminários diocesanos ou de ordens religiosas em território luso-americano e ensino privado. Tal situação possibilitou a aproximação do clero no Brasil a uma diversificada bagagem ideológica: iluminismo radical, liberalismo, constitucionalismo, republicanismo, rigorismo, bem como o envolvimento com as sociedades secretas de diferentes matizes. Isso fica claro no envolvimento do clero nas revoltas e conspirações anti-metropolitanas, como a Inconfidência Mineira de 1789 e a Revolução Pernambucana de 1817, nas quais a presença de sacerdotes foi grande. Quando estourou a Revolução do Porto, em 1820, a participação do clero foi numerosa nas diferentes províncias. Muitos foram eleitos deputados nas Cortes de Lisboa, outros estiveram à frente das juntas de governos provisórias nas províncias. Algumas dessas juntas foram implementadas antes mesmo da adesão do monarca D. João VI, como foi o caso do Grão-Pará, que teve a primeira *Junta Governativa Provisória*, formada em 1 de janeiro de 1821, tendo como presidente um arcepreste, nada mais nada menos que Romualdo Antônio de Seixas, futuro arcebispo de Salvador e sobrinho do então bispo do Grão-Pará, D. Romualdo de Sousa Coelho. A participação do clero nas *Juntas Governativas Provisórias* foi numerosa. Em muitas delas eles ocuparam a presidência. Em relação aos bispos, até o momento constatamos que eles presidiram as Juntas Governativas Provisórias do Pará, Maranhão, Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso. Para as Cortes de Lisboa foram eleitos 26 membros do clero entre os 89 deputados enquanto para a Assembleia Constituinte de 1823, já após a independência, foram eleitos 22 padres num total de 100 deputados, o que confirma a intensa participação do clero no processo de independência. Nos meses que precederam a Proclamação da Independência, das sete dioceses existentes, somente uma estava vacante: Recife. A arquidiocese de Salvador tinha um bispo nomeado há pouco, Dom Frei Vicente da Soledade e Castro, português, apoiador das Cortes de Lisboa e seu primeiro presidente. Duas dioceses estavam em províncias que resistiram à independência. No Maranhão o bispo Dom Frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré resistiu à independência frente a Junta de Governo e acabou retornando para Portugal após a adesão (anexação) da província em 28 de julho 1823. No Pará, Dom Romualdo de Souza Coelho, sagrado bispo em 1821, foi eleito deputado às Cortes de Lisboa e foi um importante personagem no processo de adesão da província à

independência do Brasil, em 15 de agosto de 1823. Os bispos das demais dioceses apoiaram D. Pedro I, mesmo que por motivos diferentes: uns porque eram contrários às Cortes e ao seu “liberalismo”, como era caso do bispo de Mariana, Dom Frei José da Santíssima Trindade; outros por serem simpáticos às ideias liberais, como era o caso do bispo de São Paulo, Dom Mateus de Abreu Pereira e do Rio de Janeiro, Dom José Caetano da Silva. Nas duas prelações existentes, o bispo de Mato Grosso, Luís de Castro Pereira, foi presidente da Junta Governativa Provisória formada em Cuiabá, sede do bispado. Mas o centro administrativo era Vila Bela, onde se formou outra junta, presidida pelo Padre José Antonio de Assunção Batista. D. Luís faleceu às vésperas da independência, em 01 de agosto de 1822. Já a prelação de Goiás tinha como bispo, nomeado desde 1818, Dom Mateus de Abreu Pereira, que só passou a residir no território que deveria pastorear em 21 de outubro de 1824. No entanto, do Rio enviava pastorais aos seus fiéis pedindo que apoiassem D. Pedro I. Sem nem mesmo tratar da atuação do “baixo clero” no processo de independência, já podemos ver como o papel da Igreja é fundamental para compreensão da formação política do Estado Nacional Brasileiro. Uma parte dos resultados dessa pesquisa irá ser publicado no Dicionário do Bicentenário da Independência, da Biblioteca Mindlin de São Paulo, organizado pelos professores João Paulo Garrido Pimenta e Cecília Helena Oliveira.

[R.T.] - Nesse contexto histórico, pós independência muitas províncias possuíam deputados que eram também membros do clero. Como era a atuação destes padres políticos nos processos de formação do Estado Nacional, e como a Igreja lidava com a atuação deste clero politizado, principalmente aqueles que porventura estavam ligados as ideias liberais.

[I.D.S] - Como estávamos falando precedentemente, o clero da alta hierarquia ao “baixo clero” foram parte integrante e fundamental do processo de independência e de formação do Estado Imperial. Com exceção do Bispo do Maranhão D. Frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré, todos os demais apoiaram ou aderiram à independência e ao novo estado constitucional de influência liberal, até mesmo o bispo de Mariana, D. Frei José da Santíssima Trindade, simpatizante do Antigo Regime. No Brasil, a Igreja não foi obstáculo ao constitucionalismo, muito pelo contrário, fez parte ativa dele por meio da intensa participação do seu clero nos cargos eletivos imperiais, provinciais e locais. O clero era uma

liderança político-religiosa, assim como servidor da Coroa e da Igreja, segundo a Constituição de 1824 e o Código Criminal de 1830. Como parte estruturante do aparato governamental, era responsável por importantes funções administrativas, como, por exemplo, pelos registros vitais (batismo, casamento e óbito) e por parte do processo importante do eleitoral. Seu envolvimento nos debates sobre os vários projetos de nação independente foi intenso. Até os anos 1840 o clero obteve uma importante fatia dos cargos eletivos da Câmara dos Deputados e do Senado, participando ativamente da elaboração do aparato legislativo do Império e da sua administração. Portanto, inicialmente não havia objeção a participação do clero no processo político eleitoral, independente de qual tenência tivesse. O problema surge quando parte do clero, com tendências mais regalistas, ou seja, que defendiam uma maior intervenção do Estado em questões religiosas, bem como com posicionamentos heterodoxos, como, por exemplo, defender o fim do celibato clerical, começam a ganhar força política. Esse grupo era liderado pelo padre Diogo Antônio Feijó. Isso gerou uma reação do clero ortodoxo, que também estava na política, como eram os casos dos bispos D. Romualdo Antônio de Seixas e o bispo do Maranhão, D. Marcos Antônio de Sousa. O clero “politizado” também se tornou um problema para os governos imperiais, participando ativamente de revoltas e revoluções em diversas províncias, até mesmo Feijó participou da Revolução Liberal de 1842. Se tornou necessário à política imperial combater o clero “politizado” ou “partidarizado”, que ajudava a desestabilizar o sistema, era necessário afastá-lo ou diminuir sua importância no processo eleitoral e ampliar o controle disciplinar por meio do fortalecimento da hierarquia eclesiástica. Para o primeiro caso as reformas eleitorais de 1842 (decreto 157 de 04/05/1842) e 1846 (lei 347 de 19/08/1846), que retiraram da figura do pároco o importante poder de decisão que tinham nas mesas eleitorais, foram fundamentais para diminuir a atividade político partidária do clero. Para o segundo caso nomear bispos de tendência ultramontana, avessos à política partidária e defensores da ordem constituída acabou por transformar, a longo prazo, a cultura clerical brasileira e inserir a Igreja do Brasil na Igreja Universal, com o fortalecimento da presença da Santa Sé e do papado no país. Ou seja, o governo passou a buscar junto à própria Igreja afastar o clero da política partidária e dos movimentos revolucionários, ao mesmo tempo em que “secularizava” a burocracia eleitoral e apoiava a reforma eclesiástica colocada em prática pelos bispos de tendência ultramontana, que passaram a assumir as dioceses brasileiras a partir dos anos de 1840. Mas uma coisa é importante ser frisado aqui, os bispos ultramontanos buscavam diminuir a atuação político partidária do seu clero, mas isso não quer dizer que se afastavam da política, mas sim que

passavam a fazer política não por iniciativas individuais, mais como uma instituição coletiva, na defesa dos interesses da Igreja e não dos partidos ou das oligarquias. Portanto, a Igreja, ou pelo menos seu clero, foi fundamental para o processo de independência, para o processo de organização do Estado constitucional, bem como para sua consolidação em meados do século XIX.

[R.T.] - Finalizando, seria possível, a partir de seu contato com a pesquisa da área da história religiosa e política, opinar sobre a atual produção historiográfica acerca do tema, falando sobre as perspectivas de pesquisa para as novas gerações de historiadores que desejam estudar este objeto. E qual seria sua avaliação de importância de estudos ainda hoje, sobre esta temática.

[I.D.S] - Acredito que estamos vivendo um excelente momento de produção de História das Religiões e História Política das Religiões no Brasil. Isso em relação as pesquisas sobre os diferentes períodos e denominações religiosas. Basta pensarmos, por exemplo, nos numerosos estudos que tem surgido sobre as diversas religiões e a ditadura militar, o avanço das pesquisas sobre as religiões afro-brasileiras e sua luta por respeito e reconhecimento, o papel político do espiritismo e seus aspectos conservadores, as ligações internacionais dos movimentos religiosos, as ligações entre grupos religiosos e grupos políticos conservadores transnacionais. Ao contrário do que acontecia em meados do século XX, quando as pesquisas sobre História das Religiões eram pouco valorizadas, hoje estamos vivendo uma intensificação dessas pesquisas, que é o reflexo da importância que o debate religioso assumiu na política brasileira. O debate religioso hoje perpassa o campo político brasileiro. Portanto, estudar História Política das religiões no Brasil hoje não é só importante, é urgente e necessário. As pesquisas sobre as religiões no século XIX se intensificaram bastante nos últimos 10 anos, com uma riquíssima renovação teórico-conceitual. Sobre as perspectivas de pesquisa para as novas gerações de historiadores que desejam estudar este objeto, eu poderia fazer uma lista de várias páginas (risos), mas darei somente uma dica, rompam com as barreiras limitantes das visões nacionais, precisamos compreender as religiões nos seus aspectos transnacionais, conectados e globais. A História Conectada e a História Global são dois campos ainda muito pouco explorados nas pesquisas sobre religiões no

Brasil, mas que podem abrir para vocês as portas do mundo, a internacionalização, um pós-graduação no exterior. Mas para isso é fundamental estudar outras línguas. Se abram para o mundo.